

Produção já cai, mostra Albano

EDMIR CONCEIÇÃO
Colaborador

Campo Grande — Apesar da demanda elevada do último trimestre de 86, por causa do Plano Cruzado, a queda da produção não significa sazonalidade. “os indícios são mesmo de que estamos entrando num processo recessivo, muito embora o fenômeno não chegue a ser semelhante à recessão de 81/83. Os sinais são de recessão. Não devemos tapar o sol com a peneira e nem devemos ser alquimistas e ilusionistas, precisamos ser realistas”, observou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, ao lançar, na capital do Mato Grosso do Sul, a campanha “Não à Recessão”, com a presença de todos os presidentes das federações de indústrias do País, durante a inauguração da “Casa da Indústria”, sede da Federação da Indústria de MS (FIEMS).

Albano Franco nota que o País está longe da recessão de 1981/83, que desempregou 3 milhões de trabalhadores, mas alerta que o setor industrial já está diante de dois constrangimentos básicos: o de produzir e o de vender, pois a falta de matérias-primas e componentes vem travando a produção de vários setores, tais como veículos, eletrônicos, fertilizantes, tintas, metalúrgico, etc. O senador e presidente da CNI observa que “ainda não estamos na recessão, mas se o Governo não agir com rapidez, chegaremos até lá”. Ele aponta, como indícios claros de que o País caminha para esse processo, os problemas na condução da economia, a redução drástica no consumo e a queda dos investimentos, “que trará sérios problemas futuros. O empresário não tem ânimo para investir”, alerta Albano Franco, lembrando que as taxas de juros são insuportáveis — a 25 por cento ao mês —, a falta de direção da política econômica deixa o investidor produtivo sem rumo, o Estado intervém demais onde não deveria intervir, como no sistema de preços, e de menos onde deveria intervir, como a redução do déficit público. “Nossos problemas presentes e futuros apontam para uma recessão”, resume.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria acusa o Governo de alimentar a recessão, embora reconheça que as medidas

tomadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) “foram importantes”. Albano lança a previsão de que a forte queda nas compras no comércio refletirá em menores encomendas para a indústria. “Os dois constrangimentos dependem muito do Governo e este, infelizmente não tem dado nenhuma perspectiva de resolução de suas causas”.

VOTO DE CONFIANÇA

— Nós empresários também não queremos a recessão, mas vamos agir firme neste momento. A CNI vai agir, mas precisa apenas de um voto de confiança do Governo ao setor empresarial. O Governo entreviu de todas as maneiras na economia, e ficou comprovado o fracasso de tais intervenções. Por isso, os empresários imploram ao Governo: retire-se do mercado, dê-nos um voto de confiança, deixe a economia funcionar livremente, pelo menos por um ano, apelou. Albano Franco diz que a História está a favor do empresariado. Nesse sentido, sugeriu o teste que os industriais propõem. “A diferença entre esse teste e os experimentos do Governo é que, na nossa proposta, temos a História a nosso favor: liberdade de mercado sempre deu certo. Nos experimentos do Governo, a História mostrou que a intervenção nunca dá certo em sistema capitalista. Se o Governo fixa o preço, o mercado fixa a quantidade. Por isso imploramos a liberdade de agir até março de 1988, e aí então faremos a nossa avaliação”.

SAÍDA PARA A CRISE

As reivindicações dos empresários, segundo Albano Franco, são uma saída para a crise econômico-financeira do País. “A liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) para financiar a pequena e média empresa; ampliação dos investimentos na construção civil, setor de grande absorção de empregos; redução das taxas de juros e liberação de importações de máquinas e matérias-primas necessárias à expansão da atividade industrial, são os ingredientes essenciais para afastar o monstro da recessão”, ressalta o presidente da CNI.

Albano opina que ao Governo compete concentrar esforços no sentido de resolver o problema do déficit e liberar as guias de importações. “Pare com essa mania de estabelecer pre-

ços, pelo menos por um ano. Cuide da dívida externa”, sugere. “A recessão pode ser evitada se assim o Governo agir”. Aos empresários, Albano Franco convida para a produção, com a ajuda dos trabalhadores. “Sugiro também que os empresários apresentem sua pauta de reivindicações aos empregados, e incluam, sistematicamente, o aumento da produtividade, com prêmios pecuniários. Em suma: fim da tirania governamental e início da produção”.

A Confederação Nacional da Indústria sustenta que o Governo é culpado pelo início do processo recessivo, e aponta o déficit público como um dos fatores que alimentam a inflação. “E multa pretensão do Governo essa idéia de querer estabelecer preços certos dos produtos e serviços. Por que ele vai querer se meter em algo que, automaticamente, é acertado pelo mercado? Ele deveria concentrar suas energias em cortar o déficit público, pois sobre este o mercado tem pouca ação”.

— Por que ter medo do livre mercado? O que pode acontecer de errado? A inflação vai subir mais do que está? Parece pouco provável. Veja o exemplo da carne: o Governo interviu em 1986, a carne sumiu e pediu auxílio. O Governo saiu do mercado em 1987, a carne apareceu e desceu o preço — exemplifica Albano, citando ainda o problema do automóvel: “O Governo exige a venda por um preço alto, e as empresas não conseguem vender. No caso do leite, o Governo autorizou aumentos do tipo B para cerca de 15 cruzados e os produtores verificam que o produto não terá mercado com esse preço. E multa pretensão do Governo”, condena.

SEM FMI

Albano Franco é contra a ida do Brasil ao FMI. Segundo ele, o Governo tem condições de renegociar a dívida externa e exigir juros menores, com “spread” favorável. Para o presidente do CNI, o retorno do Brasil ao Fundo Monetário Internacional se traduziria, inevitavelmente, em recessão. “O processo recessivo se deslancharia”, alerta. Os empresários, informa, são contra a extinção do gatilho salarial, pois a substituição desse instrumento geraria uma crise nas relações de trabalho.